

**XIX Encontro Jurídico da FASUBRA Sindical - Relatório de Participação
UNB - 13 e 14 de outubro de 2016**

Rui Muniz - Coordenador Jurídico / ASSUFRGS Sindicato
Andreia Boss - Coordenadora Jurídica / ASSUFRGS Sindicato
Guilherme - CSPM Advogados

Intervenção nas Mesas de Debate

Mesa Regime de 30 horas nas Universidades

Questão Estratégica: Luta pelas 30 horas
Movimentação Tática: Flexibilização
Luta Central – Regime e Jornada de Trabalho
Na UFRGS há mais de 40 anos com 30 horas

- Flexibilização

Motivação: Denúncia no MPF 2012
Regimento: 2013 (Relatório, Proposta de Decisão CONSUN e Portaria Reitor)
Aprovação CONSUN: 2015
Portaria e Implantação: 2016

- COMFLEX recebeu para análise 105 processos
- 62 Processos aprovados pela Comissão
- reitoria emitiu 15 portarias de flexibilização

- Login 03/dez/15 – 35 a 40%

- Política para as Ações Judiciais

Estratégia

- Sustentar o enfrentamento e as atividades de base
- Conter as políticas repressivas e de assédio da administração
- Neutralizar movimentos administrativos da progesp - ofícios
- Neutralizar a atuação do gabinete do reitor
- Enfrentar a estrutura de poder nas unidades e direções

Movimentação Jurídica - Estratégica

Ação 1: sobre a inexigibilidade das 40 horas

- caracteriza o funcionamento histórico da UFRGS
- manutenção das 30 horas
- acordo tácito durante muitos anos
- possibilidade legal de realização da jornada de 30 h

Movimentações Jurídica - Táticas

Ação 2 - Pedido de intervenção no inquérito do MPF de 2012

- Não houve manifestação ainda

Ação 3 - Ação judicial do ponto eletrônico - fevereiro de 2016

- Insegurança do sistema
- reconsideração do indeferimento da prova pericial
- renovar o pedido de antecipação da tutela
- testemunhas para prova oral.

Ação 4 – Ação judicial contra o corte de vencimento

- Medida Preventiva para garantir pagamento aos TAE que não se logarem a partir da admissão da Folha Ponto como comprovante de assiduidade (cumprimento pelos Servidores dos compromissos da Relação de Trabalho não só com frequência e regularidade, mas com zelo, comprometimento e dedicação).

- Ação Preventiva/Reativa para inibir o não lançamento da frequência de Servidores que assinam Folha Ponto (endereçada a quem é responsável por lançar as informações).
- foi realizada auditoria por Cartório, que comprovou o trabalho dos servidores independente do login para subsidiar ação do corte de vencimento
- Ação está pronta e será ajuizada quando houver indicativo do corte.

Ação 5 – Pedido de Mediação no MPT - julho de 2016

- instalação de Comissão paritária
- Decreto nº **7.944, de 6 de março de 2013, que** Promulga a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública
- MPT questionou o tipo de vínculo dos servidores e, uma vez respondido, afirmou sua incompetência para promover a negociação.

Ação 6 – Pedido de Mediação no MPF:

- reedita no MPF Pedido de Mediação, competência

Ação 7 – Responsabilização pela demora na aprovação dos planos de flexibilização:

- Ação Civil contra o Administrador
- não o encaminhamento dos Processos Administrativos com Planos de Trabalho já aprovados pela Comissão de Flexibilização e parados;
- contrário à admissão de novos critérios para aprovação e assinatura pelo Reitor dos Planos de Trabalho já aprovados pela Comissão de Flexibilização, critérios não constantes nos documentos referenciais para a Flexibilização na UFRGS;

Ação 8 - Ação para abono de frequência em atividades sindicais

* Mesa de Negociação Permanente com Reitoria

- Pauta: 30 horas, Login, flexibilização e pauta nacional
- Proposta de Sistema de Controle Eletrônico de Frequência da UFRGS
 1. Os horários das atividades presenciais dos Servidores serão definidos e amplamente divulgados;
 2. O ponto não será registrado diariamente, sendo que as ausências ou eventuais alterações da Jornada de Trabalho serão registradas simultaneamente pelo próprio Servidor, com a conferência dos registros realizada pelas Chefias dos Setores e Diretores;
 3. As ausências não justificadas deverão ser encaminhadas ao Sistema de Frequência da UFRGS no período adequado a cada mês, homologadas pelas Chefias dos Setores e Diretores;
 4. **O Sistema de Controle Eletrônico de Frequência – SIFUFRGS** será utilizado por todos os Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFRGS, sendo adotado simultaneamente.
- Reuniões de construção: 29 de agosto, 16 de setembro
- Reunião de instalação: 13 de setembro
- Referência de funcionamento:

- Protocolo Institucional da MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – MNNP, celebrado entre a Administração Pública Federal e as Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Federais – 2003
- Decreto nº 7.944, de 6 de março de 2013, que Promulga a Convenção nº 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública

Mesa Servidor Público: garantias constitucionais/legais a um meio ambiente do trabalho saudável. Segurança no Trabalho. Convenção 155 OIT

Estratégia

- capacitar a base pelo conhecimento de Legislação e Normas
 - Projeto de SST da ASSUFRGS - 4 horas
 - Normas Regulamentadoras - 20 horas:
 - COSAT nas Unidades e Setores: Implantação e Ação - 4 horas
 - Riscos Ambientais no Trabalho - 8 horas
 - Mapa de Riscos Ambientais - 8 horas
 - Normas Regulamentadoras de SST - 8 horas
 - Curso Legislação Ambiental - 4 horas
 - Curso Ergonomia no Trabalho - 8 horas
 - Curso Manutenção, Saúde e Segurança em Complexos Prediais - 12 h
 - **V Encontro de Saúde da ASSUFRGS: 24, 25 e 26 de outubro**
 - Mesa Redonda: Manutenção e Ambiente em IFE - 4 h
 - Balanço 2016 e Plano de Trabalho 2017: 08 de dezembro
- consolidar a Política de SST da ASSUFRGS
- construir uma massa crítica para enfrentamento de questões relacionadas a relação de trabalho
- constituir COSATs em todas as Unidades e Setores
- Instituir o FAIS
- promover a defesa do SUS
- Construir representações e denúncias no MPT, MPF e TEM
 - Relatórios de Conformidade
 - ICBS 40 laboratórios e 40 gabinetes
 - Marcenaria UFRGS
 - Restaurantes Universitários
 - Escola de Engenharia (em construção)
 - UFCSPA (em construção)

Mesa Aposentadorias especiais: análise. Judiciário, legislativo e executivo numa perspectiva constitucional

Periculosidade e Risco de Vida / Mandato de Injunção

Relato principais dificuldades enfrentadas pelas assessorias das entidades de base

- mudança do perfil de atuação: demanda financeira para recomposição salarial para demandas de relação de trabalho (negociação, organização e gestão do trabalho, sst, assédio moral...)
- caracterização do assédio moral
- conservadorismo do judiciário
 - pouco espaço para a criatividade e o raciocínio científico
 - repetição de fórmulas
 - formação de raciocínios apoiados em argumentos de autoridade
 - falta de senso crítico
 - aplicação da lei, sendo justa ou não
- aplicação da presunção em contraposição ao nexó
- inexistência de registros dos fatos

*** Observações**

- Resoluções do Evento serão encaminhadas pela FASUBRA;
- Foram distribuídos aos participantes materiais da Coordenação de SST da ASSUFRGS;
- Foi entregue a FASUBRA materiais relativos às intervenções jurídicas da ASSUFRGS.